



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria de Previdência  
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social  
Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso  
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala A, 4º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
CEP 70059-900 - Brasília/DF - (61) 2021-5824 - apoio.rpps@previdencia.gov.br

Ofício SEI nº 252/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF

A Sua Excelência o Senhor  
THIAGO GIATTI ASSIS  
Prefeito do Município de Monte Mor (SP)  
Rua Francisco Glicério, nº 399, Centro  
CEP: 13190-000 - Monte Mor/SP

Assunto: **Auditoria junto ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 001046/2016-97.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o muito respeitosamente, encaminhamos a Vossa Excelência o Despacho de Justificativa SEI nº 197/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF, anexo, proferido nos autos do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 048/2016, instaurado em decorrência da auditoria realizada junto ao Regime Próprio de Previdência Social desse Município.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

MIGUEL ANTONIO FERNANDES CHAVES  
Coordenador-Geral de Auditoria e Contencioso



Documento assinado eletronicamente por Gilberto Pereira, Coordenador(a) de Contencioso Administrativo Previdenciário Substituto(a), em 06/07/2018, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_visualizar&id\\_documento=06/07/2018](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_visualizar&id_documento=06/07/2018)

[https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_visualizar&id\\_documento=06/07/2018](https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento=06/07/2018)



[acao=documento\\_conferir&id\\_organizacao=0](#), informando o código verificador 0844704 e o código CRC 8A496B99.

Processo nº 44000.001046/2016-97.

SEI nº 0844704

Criado por gustavo.soares, versão 2 por gustavo.soares em 05/07/2018 11:17:21.





## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Previdência

CGAUC - Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso, em 05/07/2018.

Despacho de Justificativa SEI nº 197/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF

**Referência:** Processo Administrativo Previdenciário – PAP nº 048/2016**Interessado:** MUNICÍPIO DE MONTE MOR/SP**Assunto:** Justificativas após Despacho Preclusão

1. Trata-se de justificativas de regularização à NAF nº 048/2016 cadastrada no sistema CADPREV-WEB por meio do Termo de Acordo de Parcelamento nº 363/2016, pelo Município de MONTE MOR/SP, ora analisado em face do registro de irregularidades no CADPREV após lavratura do **DESPACHO PRECLUSÃO** nº 117/2016/CONTENCIOSO/DRPSP/SPPS/MF, de 17 de agosto de 2016.
2. No referido Despacho, foi alterada a situação do critério anotado na Notificação de Auditoria Fiscal – NAF nº 048/2016 “*Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa*” e “*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*” para “IRREGULAR”.
3. O Ente federativo cadastrou no sistema CADPREV-WEB o Termo de Acordo de Parcelamento nº 363/2016, que será objeto de análise neste Decisório.
4. Após análise do aludido Termo de Parcelamento, foi exarado o Despacho de Justificativa SEI nº 155/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF que manteve as irregularidades atribuídas aos critérios “*Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa*” e “*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*”.
5. A fim de sanar as irregularidades apontadas pela auditoria, trouxe ao processo, por intermédio do Ofício IPREMOR nº 51/2018, de 28/06/2018, documentação comprobatória.
6. **É o breve relatório.**

## DA ANÁLISE

## Preliminar

7. Cabe assentar que o PAP em questão já se encontra resolvido no mérito, em declaração por meio de Despacho Preclusão, conforme previsto na Portaria MPS nº 530/2014, sobejando pendências a serem regularizadas.

[https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_visualizar&id\\_documento...](https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento...) 05/07/2018

8. Convém ressaltar ainda que na fase em que se encontra o PAP nº 048/2016, os documentos, ora encaminhados, serão recepcionados como justificativas de regularização na forma preconizada pelo art. 17, *caput*, da Portaria Ministerial nº 530/2014 e analisados pelo procedimento de auditoria-fiscal indireta, na qual será verificada a comprovação da regularização ou adequação do critério, após o que será decidido pela manutenção ou não da irregularidade.

#### Das Justificativas de Regularização à NAF

##### Do Critério “Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa”

9. No que se refere à irregularidade apontada no critério “Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa”, verificou-se que houve um erro formal no somatório da planilha elaborada pela auditoria no que se refere ao débito compreendido no período de 01/2010 a 10/2015 da parte PATRONAL E PARTE DO SERVIDOR. No item 2.12 foram apuradas diferenças a regularizar no valor originário de R\$ 8.356.730,05 sendo R\$ 7.256.955,96 da parte do Ente e R\$ 1.099.776,59, entretanto os valores corretos a serem regularizados montam em R\$ 9.646.892,10 sendo R\$ 8.850.140,91 da parte do Ente e R\$ 796.751,19 da parte descontada do servidor conforme planilha abaixo. No item 2.15.1.3 concluiu que são devidas as diferenças das parcelas de número 1 a 58 pagas sem a devida correção monetária e juros mensais devidos acarretando na diferença em valores originários R\$ 231.809,44 apontados na segunda tabela abaixo:

Categorias	Fluxo de Pagamento		Contribuição Devida		Contribuição Repassada		Contribuição Pendente	Saldo em Pagamento (Debitado)
	Patronal	Do Servidor	Patronal	Do Servidor	Patronal	Do Servidor	Patronal	Do Servidor
jan/10	1532.142,35	335.077,07	203.162,48	80.546,65	203.506,32	80.179,38		
fev/10	1454.501,22	1.874.111,36	230.018,61	126.422,59	286.604,55	120.215,12		
mar/10	1.556.180,64	1.251.180,00	316.611,42	137.630,80	312.143,12	157.358,68		2.506,83
abr/10	1.819.554,80	1.281.225,04	384.375,30	159.705,86	392.895,00	193.209,37		2.864,24
ma/10	1.532.097,50	1.281.099,72	282.046,39	141.983,18	338.055,53	164.187,55		884,24
jun/10	1.697.590,17	1.273.559,67	317.340,08	140.113,37	305.584,33	160.100,48		2.940,70
jul/10	1.510.277,00	1.460.330,09	311.571,52	181.108,30	322.834,35	143.125,17		2.260,22
ago/10	1.853.428,39	1.269.430,36	315.297,92	165.043,75	321.294,26	161.950,50		1.452,49
set/10	1.516.983,18	1.254.338,43	310.434,05	158.446,00	317.715,62	133.372,53		1.364,80
out/10	1.505.419,06	1.259.110,89	302.649,87	158.082,40	310.635,30	123.448,35		2.294,60
nov/10	1.559.710,47	1.252.914,27	312.828,25	157.787,16	357.875,69	316.584,38		2.634,80
dez/10	1.632.883,18	1.253.189,00	362.365,37	135.863,18	346.247,88	137.065,60		2.801,38
12/2010	1.339.334,34	1.267.777,80	245.624,47	80.673,10	0	0	0	0
<b>TOT AL</b>	<b>26.406.473,22</b>	<b>26.191.354,60</b>	<b>4.044.188,58</b>	<b>1.722.276,31</b>	<b>4.054.219,17</b>	<b>1.627.127,47</b>	<b>0</b>	<b>202.210,27</b>



jan11	1.125.562,23	1.256.185,45	397.491,34	157.398,39	222.045,32	179.458,14	0
fev11	1.782.523,25	1.995.277,87	959.791,11	143.120,36	344.853,82	168.979,47	0.000,00
mar11	2.071.917,90	1.952.055,63	269.846,92	146.750,52	344.954,05	144.576,68	1.034,72
abr11	1.896.739,89	1.377.599,30	376.732,59	101.566,88	375.872,43	103.934,34	4.071,76
mai11	1.358.114,76	1.471.769,27	336.058,49	91.896,22	335.671,83	95.220,44	4.958,17
jun11	1.945.963,84	1.459.595,43	265.833,08	160.397,25	338.906,82	162.376,65	5.347,59
jul11	1.803.752,54	1.471.540,54	335.591,56	91.063,44	325.853,05	162.945,31	3.071,00
ago11	1.871.659,48	1.468.094,37	385.088,64	95.467,23	335.823,33	162.896,25	3.518,83
set11	1.295.227,35	1.443.931,09	355.166,74	93.468,45	335.985,10	91.421,90	6.682,82
out11	1.535.489,25	1.463.574,15	350.169,01	105.437,16	335.129,52	150.435,83	0
nov11	1.641.333,22	1.450.400,25	390.293,73	153.241,33	337.558,21	166.294,42	3.709,37
dez11	1.025.829,18	1.463.323,25	383.781,30	160.894,22	163.563,80	114.892,26	3.761,32
12/2011	1.627.493,73	1.400.054,26	334.897,82	107.302,96	0	0	0
TOTAL	24.668.954,58	18.403.990,22	4.958.905,69	2.424.435,63	4.347.576,56	2.051.449,88	43.384,41

jan12	2.091.025,50	1.470.749,45	425.193,07	91.162,53	434.643,75	162.737,66	0
fev12	1.986.521,39	1.476.029,47	426.297,21	160.453,70	492.275,54	165.110,25	7.987,68
mar12	1.342.603,55	1.394.083,39	437.773,38	146.371,67	491.572,60	171.546,76	4.289,28
abr12	2.282.091,58	1.761.761,36	315.871,20	195.893,75	520.306,85	191.420,04	3.796,42
mai12	2.251.643,52	1.755.294,63	317.594,73	196.306,01	522.459,30	193.155,67	3.263,43
jun12	2.425.196,78	1.832.191,83	328.000,94	201.793,10	529.525,07	242.159,86	1.553,22
jul12	2.352.860,84	1.805.853,12	352.255,46	240.048,41	528.535,25	211.513,04	4.423,56
ago12	2.391.660,43	1.833.836,00	348.190,34	245.858,60	526.291,58	245.375,07	3.730,18
set12	2.300.564,94	1.806.802,10	325.723,84	201.157,35	535.124,43	210.734,17	3.528,10
out12	2.382.123,97	1.800.003,91	347.087,49	209.230,44	535.061,67	219.224,60	3.285,44
nov12	2.194.079,56	1.877.466,27	342.716,07	205.521,11	548.847,73	207.100,10	3.543,00
dez12	2.332.877,41	1.488.291,62	345.404,32	207.475,67	191.161,75	438.200,63	2.382,54
12/2012	1.995.936,28	1.362.853,50	313.275,08	238.112,25	0	0	0
TOTAL	29.679.242,26	23.215.162,87	6.782.645,83	2.534.116,18	6.772.472,26	2.574.565,93	40.355,75

jan13	2.373.608,71	1.835.458,72	382.948,28	230.700,46	535.002,24	219.356,36	4.103,04
fev13	2.580.039,50	1.878.362,61	410.693,74	219.288,87	636.305,85	230.590,73	3.283,58
mar13	2.440.043,56	1.870.530,03	403.384,84	206.756,71	606.763,58	219.239,61	4.033,76
abr13	2.479.473,13	1.957.020,92	609.308,79	276.479,03	617.209,64	239.506,63	0.974,52
mai13	2.543.307,47	2.052.444,45	640.718,57	290.968,98	469.176,12	232.323,40	6.507,37
jun13	3.173.066,16	2.006.704,72	654.836,78	229.405,12	588.195,75	231.237,04	7.082,82
jul13	2.967.072,17	2.109.320,27	670.810,30	296.754,72	540.736,89	240.508,31	4.467,10
ago13	2.687.083,94	2.167.326,35	663.505,82	326.184,72	674.071,00	238.718,05	8.206,33
set13	2.639.360,71	2.232.476,90	636.255,66	247.787,78	706.595,34	250.474,05	8.175,75
out13	3.021.126,74	2.397.436,08	741.047,46	263.717,66	752.843,56	264.735,28	6.604,60
nov13	3.037.325,63	2.495.156,90	765.161,53	317.561,24	736.230,75	276.075,16	6.202,46
dez13	3.435.244,50	2.596.046,37	762.037,30	278.305,65	1.528.739,52	528.465,44	7.590,18
12/2013	2.582.803,51	2.220.215,14	636.026,13	244.468,07	0	0	0
TOTAL	35.269.990,93	28.268.429,68	6.722.774,83	3.109.526,46	6.354.634,76	3.125.585,04	48.453,22

jan/18	0.220.754,59	2.894.829,23	360.230,04	077.541,20	065.571,64	209.749,30		9.901,00
fev/18	2.239.645,46	2.625.735,49	944.421,28	008.936,94	446.551,28	294.723,70		4.890,00
mar/18	0.263.620,09	2.645.329,19	017.334,18	070.241,24	003.075,54	293.654,32		4.826,24
abr/18	3.373.535,14	2.872.551,52	078.003,30	334.040,30	018.173,17	310.530,00		4.793,36
mai/18	3.552.435,07	2.935.154,37	533.041,79	30.644,47	543.502,83	391.000,00		4.919,52
jun/18	3.756.132,23	2.863.077,23	343.204,00	017.226,48	009.610,24	307.440,17		5.019,00
jul/18	3.330.636,64	2.930.336,19	001.005,00	001.042,41	007.289,89	501.106,40		
ago/18	2.034.637,28	2.805.437,39	052.374,13	019.340,30	411.799,50	217.624,80	013.241,00	3.301,36
set/18	0.330.436,33	2.864.530,23	042.160,30	00.115,04	308.935,57	005.110,04	044.751,00	4.931,36
out/18	0.609.431,62	0.000.368,97	003.044,50	007.030,41	0	000.125,39	005.627,34	
nov/18	0.753.069,73	0.076.732,43	046.082,00	016.222,09	0	000.002,37	001.731,50	
dez/18	0.000.000,00	2.002.002,00	000.000,00	000.000,00	1.000.000,00	000.000,00		000,00
12/2018	2.334.074,30	2.930.000,43	304.305,34	522.054,78	409.381,41	307.440,17		
<b>TOTAL</b>	<b>45.074.895,48</b>	<b>59.386.542,49</b>	<b>10.000.304,60</b>	<b>4.023.011,62</b>	<b>3.078.364,42</b>	<b>4.063.025,10</b>	<b>1.627.201,00</b>	<b>94.975,06</b>

jan/18	2.802.672,54	2.827.181,12	1.021.818,70	021.899,50	1.046.207,51	042.817,30		4.400,00
fev/18	4.593.497,29	3.808.537,20	1.058.656,74	008.870,00	1.000.217,46	348.513,30		
mar/18	4.328.141,97	0.000.000,00	1.000.747,44	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
abr/18	4.280.446,70	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
mai/18	4.442.840,30	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
jun/18	4.661.995,00	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
jul/18	4.328.141,97	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
ago/18	4.280.446,70	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
set/18	4.442.840,30	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
out/18	4.661.995,00	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
nov/18	4.328.141,97	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
dez/18	4.280.446,70	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
12/2018	4.442.840,30	0.000.000,00	1.000.000,00	044.533,00	1.000.000,00	047.810,00		4.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>42.430.889,29</b>	<b>0.000.000,00</b>	<b>11.000.000,00</b>	<b>0.000.000,00</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>0.000.000,00</b>	<b>0.000.000,00</b>	<b>0.000.000,00</b>



	Data do Acordo	Número da Parcela	Valor Pago	Valor Devido	Diferença (R\$)
ago/09	25/03/2009	1	18.003,47	18.898,29	894,82
ago/09	25/03/2009	2	18.003,47	19.651,04	1.048,47
ago/09	25/03/2009	3	21.609,80	19.203,53	-2.406,27
ago/09	25/03/2009	4	19.205,58	19.359,22	153,64
ago/09	25/03/2009	5	19.205,58	19.512,87	307,29
ago/09	25/03/2009	6	19.205,58	19.666,51	460,93
ago/09	25/03/2009	7	19.205,58	19.820,16	614,58
ago/09	25/03/2009	8	19.205,58	19.973,80	768,22
ago/09	25/03/2009	9	19.205,58	20.127,45	921,87
ago/09	25/03/2009	10	19.205,58	20.281,09	1.075,51
ago/10	25/03/2009	11	19.205,58	20.434,74	1.229,16
ago/10	25/03/2009	12	19.205,58	20.588,38	1.382,80
ago/10	25/03/2009	13	19.205,58	20.742,02	1.536,45
ago/10	25/03/2009	14	19.205,58	20.895,67	1.690,09
ago/10	25/03/2009	15	19.315,05	21.049,32	1.734,27
ago/10	25/03/2009	16	19.388,16	21.202,96	1.914,80
ago/10	25/03/2009	17	19.315,26	21.463,60	2.450,63
ago/10	25/03/2009	18	19.282,01	21.817,34	2.535,33
ago/10	25/03/2009	19	19.288,16	21.356,60	2.068,44
ago/10	25/03/2010	20	19.290,08	21.510,25	2.220,17
ago/10	25/03/2009	21	19.340,62	21.871,19	2.821,56
ago/10	25/03/2009	22	19.364,99	22.124,83	2.759,84
ago/11	25/03/2009	23	19.336,18	22.278,47	2.942,29
ago/11	25/03/2009	24	19.374,58	22.432,12	3.057,53
ago/11	23/12/2005	25	19.568,93	22.585,76	3.216,83
ago/11	23/12/2005	26	19.766,91	22.739,41	3.372,50
ago/11	23/12/2005	27	19.765,07	22.893,05	3.528,98
ago/11	23/12/2005	28	19.302,45	23.046,70	3.744,25

jun/11	23/12/2005	29	19.243,09	23.200,34	3.956,25
ago/11	23/12/2005	30	19.245,91	23.553,99	4.308,08
set/11	23/12/2005	31	19.248,25	23.907,63	4.659,38
out/11	23/12/2005	32	19.250,97	24.261,27	5.010,30
nov/11	23/12/2005	33	19.253,71	24.614,92	5.361,21
dez/11	23/12/2005	34	19.256,05	24.968,56	5.712,51
jan/12	23/12/2005	35	19.258,21	25.322,21	6.063,99
fev/12	23/12/2005	36	19.260,58	25.675,85	6.415,27
mar/12	23/12/2005	37	19.262,61	26.029,50	6.766,89
abr/12	23/12/2005	38	19.264,51	26.383,14	7.117,83
mai/12	23/12/2005	39	19.266,09	26.736,79	7.469,00
jun/12	23/12/2005	40	19.267,32	27.090,43	7.820,31
jul/12	23/12/2005	41	19.268,55	27.444,08	8.171,55
ago/12	23/12/2005	42	19.269,77	27.797,72	8.522,83
set/12	23/12/2005	43	19.270,93	28.151,37	8.874,44
out/12	23/12/2005	44	19.272,05	28.505,01	9.225,86
nov/12	23/12/2005	45	19.273,50	28.858,65	9.577,35
dez/12	23/12/2005	46	19.274,42	29.212,30	9.928,88
jan/13	23/12/2005	47	19.275,91	29.565,94	10.280,05
fev/13	23/12/2005	48	19.276,55	29.919,59	10.631,24
mar/13	23/12/2005	49	19.277,42	30.273,23	10.982,81
abr/13	23/12/2005	50	19.278,45	30.626,88	11.334,43
mai/13	23/12/2005	51	19.279,81	30.980,52	11.686,71
jun/13	23/12/2005	52	19.280,34	31.334,17	12.038,93
jul/13	23/12/2005	53	19.281,11	31.687,81	12.391,20
ago/13	23/12/2005	54	19.282,04	32.041,46	12.743,52
set/13	23/12/2005	55	19.282,28	32.395,10	13.095,82
out/13	23/12/2005	56	19.282,49	32.748,75	13.448,39
nov/13	23/12/2005	57	19.282,65	33.102,39	13.800,74
dez/13	23/12/2005	58	19.282,89	33.456,04	14.153,15
jan/14	23/12/2005	59	19.283,26	33.809,26	14.505,90
fev/14	23/12/2005	60	22.281,16	32.341,38	0,00
total original					231.309,44

10. O interessado apresentou justificativa por tipo de débito.

11. Com relação ao débito compreendido no período de 01/2010 a 10/2015 da parte PATRONAL E PARTE DO SERVIDOR, alega que confeccionou o Termo de Acordo de Parcelamento nº 363/2016, de 14/03/2016, relativo às contribuições patronais do período de 04/2015 à 13/2015, no valor original de R\$9.524.658,87 a ser pago em 60 parcelas de R\$177.212,93, correspondente ao montante de R\$ 10.632.776,04 (valores corrigidos – IPCA + 1,00% a.m + multa de 2% ), autorizado pela Lei Municipal nº 2.232/2015, a qual segue análise:

a) Termo de Acordo NÃO ACEITO, pois não preenche os requisitos da Portaria MPS nº 402/2008:

1- há divergência entre os valores levantados em Auditoria Direta (tabela supracitada) e os valores cadastrados pelo Ente no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento -DCP do Termo de Acordo de parcelamento nº 0363/2016.

12. Com a não aceitação do Termo acima, mantém-se os débitos compreendidos no período de 01/2010 a 10/2015 da parte PATRONAL.



13. No tocante ao débito compreendido no período de 01/2010 a 10/2015 da parte DO SERVIDOR, o interessado não carreu ao processo comprovante de sua quitação à vista, devidamente atualizado ( planilha discriminando a atualização dos valores, guia de recolhimento e/ou nota de empenho e extrato bancário do RPPS); ou Termo de Parcelamento.

14. No que se refere ao débito identificado no item 2.15.1.3 do relatório de auditoria, qual seja, diferenças das parcelas de numero 1 a 58 do Tero de Parcelamento, diferença em valores originários RS 231.809,44, alega que efetuou o repasse dos valores à vista, devidamente atualizado, juntando ao processo para comprovar planilha discriminando a atualização dos valores e comprovante bancário de TED efetuada.

15. A documentação foi objeto de análise e verificou-se que a atualização não foi feita de forma correta, pois não foram utilizados o índice de atualização e percentual de juros de forma acumulada da data do vencimento até a data do pagamento, desta forma, mantém-se o débito identificado no item 2.15.1.3 do relatório de auditoria, qual seja, diferenças das parcelas de numero 1 a 58 do Tero de Parcelamento, diferença em valores originários RS 231.809,44.

16. Portanto, considerando todo o exposto; CONCLUI-SE pela manutenção da irregularidade atribuída ao critério "*Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa*".

#### Do Critério "*Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR*"

17. O Relatório de auditoria concluiu pela irregularidade no Demonstrativo dos Investimentos e Disponibilidades Financeiras - Consistência das Informações por apresentar divergência no valor das disponibilidades e de ativos financeiros NO BIMESTRE setembro/outubro de 2015, segue trecho do relatório:

4.2 Foi realizada a conferência das informações prestadas através dos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR encaminhados bimestralmente à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, nos últimos bimestres de cada ano desde 2011 até quinto bimestre de 2015, NÃO SE CONSTATANDO divergência nos enquadramentos porém apresentando divergência no valor das disponibilidades e de ativos financeiros NO BIMESTRE setembro/outubro de 2015.

		Bimestre		05/2015 extrato
20.74495.0000.20	RECURSOS-DAIR-DAIR RECURSOS-DAIR-DAIR	Disponibilidades Financeiras	Valor Total	1.358
		Ativos Passivos	Valor Total	5.080,5
		Ativos Passivos	Valor Total	
		Ativos Passivos	Valor Total	
		Ativos Passivos	Valor Total	
		Ativos Passivos	Valor Total	

18. O Município em tela alega que efetuou as retificações de acordo com os valores identificados pela auditoria. Para comprovar, junta ao processo cópia do Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR de Setembro e Outubro de 2015 devidamente retificado.

19. Ao se analisar o DAIR em tela, verifica-se que restou comprovada a retificação do DAIR de de acordo com os valores identificados pela auditoria, desta feita, alteração do status do critério "*Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR*" para REGULAR é a medida que se impõe.

**CONCLUSÃO**

20. Diante do exposto, conclui, com fulcro no art. 17, caput, da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014, que a documentação apresentada comprova o saneamento parcial das irregularidades julgadas procedentes no **DESPACHO PRECLUSÃO nº 117/2016/CONTENCIOSO/DRPSP/SPPS/MF**, de 17 de agosto de 2016. Portanto, PROponho:

- a) **MANTER**, no sistema CADPREV, a situação do ente federativo, em relação ao critério "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*" como "**IRREGULAR**", conforme análise supra;
- b) **ALTERAR**, no sistema CADPREV, a situação do ente federativo, em relação ao critério "*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*" para "**REGULAR**", conforme análise supra;
- c) **ENVIAR** ao Ente Federativo, para conhecimento, o presente Despacho de Justificativas, com cópia à Unidade Gestora;
- d) **SUBMETTER** o presente Despacho de Justificativas à homologação da Coordenadora do Contencioso Administrativo Previdenciário.

Documento assinado eletronicamente

**GUSTAVO ALBERTO STARLING SOARES FILHO**

*Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil*

*Matrícula - 1.452.682*

**COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO**, em 05/07/2018.

1. Visto. De acordo.
2. Encaminhe-se o presente Despacho e adotem-se as demais medidas como propostas.

Documento assinado eletronicamente

**IVANI SANTOS ANDRADE**

*Coordenadora de Contencioso Administrativo Previdenciário*



Documento assinado eletronicamente por Gustavo Alberto Starling Soares Filho, Auditor(a) Fiscal, em 05/07/2018, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

[https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_visualizar&id\\_documento...](https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento...) 05/07/2018





Documento assinado eletronicamente por Ivani Santos Andrade, Coordenador(a) de Contencioso Administrativo Previdenciário, em 05/07/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0840374 e o código CRC 66F90328.

Referência: Processo nº 44000.001046/2016-97.

SEI nº 0840374

Criado por gustavo.soares, versão 10 por gustavo.soares em 05/07/2018 11:12:49.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

**DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP  
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199  
Bairro: centro  
Telefone: (019) 3879-9000  
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br  
Representante legal: Thiago Giatti Assis  
CPF: 195.660.708-02  
Cargo: Prefeito  
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56  
CEP: 13190-000  
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:  
Data início da gestão: 01/01/2017

**CREDOR**

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor  
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85  
Bairro: Vila Magal  
Telefone: (019) 3879-1083  
E-mail: ipremor@ipremor.com.br  
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves  
CPF: 062.875.488-43  
Cargo: Presidente  
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49  
CEP: 13190-000  
Fax:

Complemento:  
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei 2462 de 25 de julho de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), correspondentes aos valores de Reparcimento de termos 232/15, 363/16 e 345/17 devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2014 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), vencerá em 20/08/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2462 de 25 de julho de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da



**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 27/07/2017

Prefeitura Municipal de Monte Mor  
Thiago Giatti Assis

**Thiago Giatti Assis**  
Prefeito Municipal

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor  
Fernando José Ginefra Gonçalves

**Fernando J. G. Gonçalves**  
Diretor Presidente  
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann  
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convênios  
CPF: 060.667.998-78  
RG: 17498154

Rafael Pereira de Oliveira  
Fiscal de rendas e Tributos  
CPF: 035.812.726-28  
RG: 56884340X

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

**DECLARAÇÃO**

Thiago Giatti Assis, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00654/2017, firmado entre o/a Monte Mor e o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor em 27/07/2017, foi publicado em 27/07/2017 no

☒ mural  
( ) jornal \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Monte Mor, 27/07/2017

  
Thiago Giatti Assis  
Prefeito

**Thiago Giatti Assis**  
Prefeito Municipal



# AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

## Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00654/2017	Data	27/07/2017
Valor consolidado	30.383.728,16	Valor da prestação inicial	151.918,64
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	20/08/2017

### DEVEDOR

Ente Federativo	Monte Mor/SP	CNPJ	45.787.652/0001-56
Representante Legal	Thiago Giatti Assis	CPF	195.660.708-02
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	60309-0

### CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia Municipal de Monte Mor	CNPJ	04.865.518/0001-49
Representante Legal	Fernando José Ginefra Gonçalves	CPF	062.875.488-43
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	57688-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

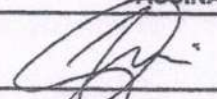
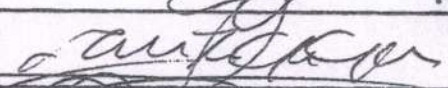
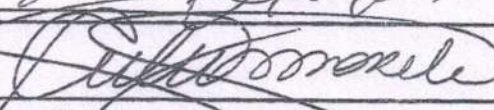
2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Monte Mor/SP - 27/07/2017

### ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	 <b>Thiago Giatti Assis</b> Prefeito Municipal
UNIDADE GESTORA	 <b>Fernando J. G. Gonçalves</b> Diretor Presidente Matr. 998
BANCO DO BRASIL (*)	 <b>Luis Antonio Moreli</b> Gerente de Agência

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

  
**Luis Antonio Moreli**  
Gerente de Agência





PREFEITURA DE  
**MONTE MOR**  
GOVERNO DE AÇÃO

**LEI Nº 2462, de 25 de julho de 2017**

**"Dispõe sobre o reparcelamento e parcelamento de débitos do Município de Monte Mor com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e dá outras providências".**  
**(Autoria: Poder Executivo)**

**THIAGO GIATTI ASSIS**, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;  
**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o parcelamento e reparcelamento dos débitos do Município de Monte Mor com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto Municipal de Previdência de Monte Mor - IPREMOR, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2017, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

**Art. 2º.** Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

**Art. 3º.** Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores atualizados da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data de consolidação do termo de reparcelamento, com dispensa da multa.

**Art. 4º.** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento), acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 5º.** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.





PREFEITURA DE  
**MONTE MOR**  
GOVERNO DE AÇÃO

Lei 2462/2017-fls.02

**Art. 6º.** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcimento, não pagas no seu vencimento.

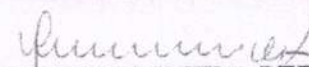
**Parágrafo único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcimento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, em 25 de julho de 2017.**

**THIAGO GIATTI ASSIS**  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, enviada ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

  
**LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT**  
Secretária Municipal de Administração,  
Trânsito e Mobilidade Urbana